

te de modo indissociável da busca de garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Ouvir os idosos e compreender melhor o processo de construção de uma identidade coletiva com maior expressão política, já demonstrado com o movimento dos aposentados, é uma interrogação a ser explorada. Em tempos de *Estatuto do Idoso*, mais que nunca, a participação poderá ser o caminho para minimizar os riscos de se consagrar a velha e incômoda distância entre direitos que se consagram em leis, e sua expressão no cotidiano da população brasileira.

Mônica de Assis
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil.

A FAMÍLIA EM DESORDEM. Elizabeth Roudinesco.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199 pp.
ISBN: 85-71107-00-9

Estudos marcantes, a respeito da temática da família, ampliaram-se desde a modernidade até o momento contemporâneo, trabalhando sobre questões de elevada importância tendendo, em geral, para a prioridade de seu campo – histórico, antropológico-social, subjetivo; mas, na verdade, muitos deles desenvolvem correlações interdisciplinares, constituindo ricas articulações. Vemos este perfil na presente produção, o que lhe confere valor especial, ao oferecer a vários campos subsídios atualizados, tendo um alcance precípuo a respeito do campo da saúde (e da saúde pública, por sua extensão social), ao contemplar uma compreensão profunda das complexas questões familiares na atualidade – olhando antecedentes, desdobramentos – e situando os planos indissociáveis do social e físico/mental (ou, melhor dizendo, das desordens somatopsíquicas).

Logo no prefácio (da própria autora), evidencia-se a proposta deste trabalho: o exame da questão constituída por um *desejo de família*, contemporâneo e existente, inclusive, nos grupos que a contestavam como instância colonizadora, e opressora, como o cunho patriarcal; o exame do que é visto como um profundo distúrbio gerado por nossa época a propósito da família, propondo-se este ensaio “*a penetrar o segredo desses distúrbios de família*” (p. 11); e a necessidade de adoção de uma perspectiva do movimento histórico-cultural, despida de preconceitos, para acompanhar as configurações familiares inovadoras que se apresentam. Esse *desejo de família*, que emerge em meio às alterações dos costumes e da instabilidade econômica moderna, é tratado, aqui, como uma expressão instigante, sintoma relacionado à família ocidental, a qual pareceria pervertida em sua função de base social, o que repercute no nível sócio-político, democrático, sob risco de se decompor, uma realidade de efeitos negativos.

Podendo utilizar-se com segurança de sua formação, a autora (historiadora e psicanalista) percorreu a evolução histórico-cultural da família, para pensar sua desordem atual que implica a saúde de seus membros, em particular, da ordem emocional. Esta produção está distribuída em oito seções, que assim se sucedem: (1) *Deus Pai*; (2) *A Interrupção do Feminino*; (3) *Quem Matou o Pai?*; (4) *O Filho Culpado*; (5) *O Patriarca Mutilado*; (6) *As Mulheres têm um Sexo*; (7) *O*

Poder das Mães; (8) *A Família do Futuro*. Nessas seções há diálogo com autores importantes, constando na primeira, por exemplo, a abordagem de Lévi-Strauss sobre família, parentesco, sendo destacada a idéia desse autor de que a vida familiar se apresenta em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo que sob distintas configurações. A respeito do fenômeno familiar, essa seção considera possíveis duas abordagens: a primeira, sociológica, histórica ou psicanalítica, privilegiando a verticalidade de filiações, gerações, continuidades, transmissão de saberes; enquanto a outra, mais antropológica, privilegia a horizontalidade estrutural, comparando alianças: cada família, fruto do estilhaçamento de duas outras famílias. Nesta discussão, há ênfase na proibição do incesto, como princípio fundamental, assegurador da passagem da natureza à cultura, uma função simbólica, fato de cultura e de linguagem, que diferencia mundo humano/ mundo animal (observando a quase invariabilidade da proibição do incesto, entre mãe/pai e filhos, considerando variações). Bem marcada é a concepção da família como instituição humana duplamente universal, associação de um fato de cultura e um fato da natureza – o da ordem do biológico na reprodução – sendo assinalado que a própria palavra *família* encerra diferentes realidades, tendo chegado ao modelo nuclear, do Ocidente, após longa evolução (séc. XVI ao XVIII). Três grandes períodos são considerados: 1º – a família tradicional (sob a ordem do mundo imutável e submetida à autoridade patriarcal, Deus Pai); 2º – a família dita “moderna”, de lógica afetiva, sob divisão de poderes, entre Estado e país; 3º – a família dita “contemporânea”, ou “pós-moderna”, valorizadora da vida privada, e na complexidade com a autoridade, de transmissão cada vez mais problemática (com rupturas e recomposições conjugais), imagens destituídas de pai heróico ou guerreiro. Percorrendo figuras paternas da mitologia grega, de autoridade paterna na inquisição, é visto o amesquinamento que o lugar paterno foi sofrendo, até seu visível enfraquecimento (1757), em paralelo a um discurso misógino, até maior deterioração da figura paterna ao declínio da monarquia, com elevado temor à feminilização do corpo social.

A seção 2 focaliza mobilizações a respeito de um possível advento dessa feminilização, ao final do século XIX, o qual foi marcado por vasta polêmica sobre patriarcado e matriarcado, surgindo nova organização de soberania patriarcal: o *padre-padrone*, assimilando vida privada e vida de trabalho (o biológica e o econômico), para garantir poder; o que não impediu a fragmentação de sua imagem que cedeu: à apresentação de uma paternidade ética (o pai justo) e ao casamento como contrato livremente consentido, mas continuando ameaçado o patriarcado; mais ainda, na aurora do século XX, com a emancipação feminina repudiada por não poucos (ao considerá-la favorecedora da feminilização do corpo social e anulando a diferença sexual).

Na seção 3, é destacado o impacto provocado pela concepção freudiana da família edípica – que penetrou o século XX – pelo que ela implicou a revisão da descrição moderna do parentesco; o que é exposto em termos de uma etapa teórica de Freud (séc. XIX-XX), que a realizou introduzindo na modernidade uma mitologia do destino e da maldição, advindas do teatro grego e elisabetano, e da literatura roma-

nesca do século XIX: processo-busca de Freud, testemunha privilegiada do grande mal existente em famílias vienenses, no qual se voltou para Sófocles (com o Édipo) – mudando da teoria traumática do conflito para a do psiquismo inconsciente – e daí indo a Hamlet, ambos os personagens tendo inspirado a idéia freudiana para o neurótico vienense. Diz a autora: “*Hamlet, portanto, é Édipo mascarado ou Édipo recalçado*” (p. 67), havendo, no cerne desta concepção, a inscrição do desejo sexual e a culpa filial, edípica; o que é desenvolvido na seção 4, na relação com a tragédia da subjetividade e busca de identidade, decorrentes “*das grandes mutações da soberania ocidental*” (p. 68). A seção 5 assinala que a invenção freudiana “*(...) esteve na origem de uma nova concepção da família ocidental capaz de lidar, à luz de grandes mitos, não apenas com o declínio da soberania do pai, mas também com o princípio de uma emancipação da subjetividade*” (p. 88). Ainda nessa seção são abordadas: a questão do controle (normalizador) da libido na conjugalidade burguesa, que “*só poderia provocar desastre*” (p. 98) e contestações; a mudança do filho-objeto para filho-sujeito; a homologação da autoridade parental dividida, com “*maternalização*”, no século XX, da família nuclear. A seção 6 discute dominação/igualdade, entre homens e mulheres, e cita Beauvoir (1949), separando feminilidade/maternidade, até admitir-se, já na atualidade, mulher/família monoparental – em vez de filho bastardo.

Sobre a *desordem* familiar, há abordagens, como a de psicanalistas, entre eles: Lacan (destacando a questão do nome do pai); Melanie Klein (ao tratar distúrbios emocionais infantis, e sérios) apontando que, sob aparente normalidade, a família afetiva mo-

derna encerrava os tormentos mais atrozes; Winnicott, propondo um equilíbrio entre dois pólos – materno e paterno, o pai como apoio à mãe e encarnação da lei e da ordem (visão ainda maternalista). A seção 7 assinala a passagem do feminino-materno para a posição feminina de “*progressivamente dominar os processos de procriação*” (p. 149): é o “*poder das mães*”, com acusações, temores sobre fertilidade e masculinização femininas, e feminilização dos homens, sendo que “*Todas essas metamorfoses não faziam senão traduzir as angústias de um mundo abalado por suas próprias inovações*” (p. 152), no qual surgiu a contestação à família edípica e emergiu a “*família recomposta*”, contemporânea, “*frágil, neurótica, consciente de sua desordem*” (p. 153), mas interessada na busca de equilíbrio, de onde brotou também seu vigor.

A seção 8 focaliza manipulações procriativas (sem devida avaliação, responsáveis, a partir de 1970, por desastres psíquicos e, depois de 1985, por medicalização ainda maior nas procriações assistidas), com detenção do poder materno, designando ou excluindo o pai. A respeito do futuro da família, há considerações como: a importância da psicanálise pensar o movimento da história (incluindo a família); a necessidade de aceitação dos pais homossexuais, no direito de constituir família. Por fim, admitindo a crise do princípio da autoridade no Ocidente (o logos separador), é enfatizada a capacidade da família como instância capaz de assumir este conflito e de promover nova ordem simbólica, sob a demanda de que: “*a família do futuro precisa ser reinventada*” (p. 199).

Luciôla de Castro Domingues
Departamento de Ensino, Instituto Fernandes Figueira,
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.